

## **Planejamento e Atualização de Servidores Públicos na Área da Seguridade Social no Contexto de Pandemia da COVID-19**

Nicole Bomfim de Azevedo de Paula  
Camilla Vieira dos Santos

### **Resumo**

Em função da situação pandêmica que ainda acomete o Brasil, mesmo que agora não mais em estágio emergencial, é importante que os atuantes da área da seguridade social estejam preparados para lidar com questões de crise deste tipo tendo uma maior certeza e segurança no modo como devem exercer suas funções, sem demais dificuldades, buscando facilitar a vida dos usuários do serviço público. Deste modo, o projeto de pesquisa “Sistema Único de Assistência Social e a Pandemia COVID-19” em conjunto com a ação de extensão “Atualização Profissional de Servidores Públicos na Área da Seguridade Social”, visa revisar planos de ações de profissionais do Sistema Único de Assistência Social, em face ao Coronavírus, tomando por base as Portarias emanadas pela Secretaria Nacional de Assistência Social e aplicadas na gestão da assistência social do município do Rio de Janeiro, no período de 2020-2022. Além de promover a estes servidores, formas de desenvolver um planejamento estratégico que possa auxiliar futuramente nos atendimentos de usuários em possíveis novos casos de crise emergencial, aspirando a contribuição da gestão pública para a administração de Cidades Inteligentes e Sustentáveis.

**Palavras-chave:** Planejamento Estratégico. Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Pandemia COVID-19. Atualização Profissional. Gestão.

### **Abstract**

Due to the pandemic situation that still affects Brazil, even if now no longer in an emergency stage, it is important that those working in the area of social security are prepared to deal with crisis issues of this type, having greater certainty and security in the way they should exercise their functions, without too many difficulties, seeking to make life easier for users of the public service. Thus, the research project "Unified Social Assistance System and the COVID-19 Pandemic", together with the extension action "Professional Update of Public Servants in the Social Security Area", aims to review action plans of professionals from the Unified Social Assistance System, in the face of the Coronavirus, based on the Ordinances issued by the National Secretariat of Social Assistance and applied in the management of social assistance in the municipality of Rio de Janeiro, in the period 2020-2022. In addition to promoting these servers, ways to develop strategic planning that can assist in the future in the care of users in possible new cases of emergency crisis, aspiring to the contribution of public management to the administration of Smart and Sustainable Cities.

**Keywords:** Strategic Planning. Unified Social Assistance System (USAS). COVID-19 pandemic. Professional Update. Management.

## **1 INTRODUÇÃO**

Os CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), é uma unidade de atendimento já muito procurada por grande parte da população brasileira, que necessita conseguir acesso a seus direitos, a auxílios e benefícios oferecidos pelo governo, mas diante do cenário emergencial que vivenciamos por conta da pandemia da COVID-19, durante os últimos 3 anos, passou a ser ainda mais. A situação com o novo Coronavírus, foi bem inusitada, e no começo da disseminação no Brasil em 2020 era-se pensado por nós, que bastaria conviver com o vírus apenas duas semanas, mas a OMS já havia declarado que o surto do novo coronavírus constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), que é considerado o mais alto nível de alerta da Organização, conforme é previsto no Regulamento Sanitário Internacional em 30 de janeiro de 2020. O aumento da procura pelos CRAS deu-se por conta da crise gerada pela pandemia no Brasil, afetando não somente a área da saúde, mas também gerando impactos de e uma nova dinâmica de cunho social, econômico, político, cultural e histórico sem precedentes em escala global.

No município do Rio de Janeiro, não foi diferente, a procura pelo auxílio emergencial desencadeou filas quilométricas durante meses a fio nas portas das unidades, famílias inteiras que haviam sido atingidas pela doença, tanto na perspectiva da saúde, como na perspectiva social e econômica, buscavam conseguir o benefício para tentar se manter. No período emergencial o Brasil foi visto de volta no mapa da fome, conforme apontado no texto de Aline Guedes, publicado na Agência Senado (Portal Senado) em 2022, o Segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil, teria apontado que 33,1 milhões de pessoas não tinham garantia do que comer — o que representaria 14 milhões de novos brasileiros em situação de fome. Conforme o estudo, mais da metade (58,7%) da população brasileira convivia com a insegurança alimentar em algum grau, sendo leve, moderado ou grave. Guedes aponta ainda que “Os dados [...], divulgados em junho, foram coletados entre novembro de 2021 e abril de 2022, por meio de entrevistas em 12.745 domicílios em áreas urbanas e rurais de 577 municípios distribuídos nos 26 estados e no Distrito Federal. Pesquisa anterior, de 2020, mostrava que a fome no Brasil tinha voltado para patamares equivalentes aos de 2004. A piora no cenário econômico, o acirramento das desigualdades sociais e o segundo ano da epidemia do coronavírus agravaram a situação.” (Agência Senado, 2022).

A questão do aumento da taxa de desempregos também foi um tópico que muito se viu durante o período emergencial, por conta do lockdown, muitas empresas e pequenos comércios tiveram que fechar suas portas definitivamente, já que não poderiam abrir para vender seus produtos, muitos negócios faliram e uma parte da população perdeu seus

empregos, não conseguindo recuperá-los após o momento de confinamento. No artigo Pandemia e desemprego no Brasil, a autora Simone da Silva Costa fala um pouco sobre essa questão quando escreve que “o isolamento social promoveu rápidas mudanças no mercado de trabalho, com impactos mais severos para 37,3 milhões de pessoas que vivem na informalidade, já que elas não têm direitos como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e seguro-desemprego. Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), as primeiras demissões estão ocorrendo entre aqueles que vivem do trabalho precário, como terceirizados, balconistas, garçons, funcionários de cozinha, diaristas, manipuladores de bagagem e produtos de limpeza.”. Com o aumento das demandas de atendimento, muitas unidades ficaram sobrecarregadas e não tinham um planejamento específico para emergências como a da COVID, e com isso geraram-se diversos problemas, tanto para os servidores, quanto para os usuários desse serviço, como a falta de material, problemas com o cadastramento de algumas famílias, atraso no pagamento de benefícios e auxílios, etc. Portanto, neste artigo, buscaremos mostrar como o curso “Atualização Profissional de Servidores Públicos na Área da Seguridade Social” em conjunto com o projeto de pesquisa “Sistema Único de Assistência Social e Pandemia COVID-19”, poderá auxiliar esses servidores com novas perspectivas para planejamentos futuros e na criação de um plano de ação em possíveis futuros casos emergenciais, trabalhando de acordo com as portarias emanadas pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e aplicadas na gestão da assistência social do município do Rio de Janeiro, no período de 2020 a 2022, visando a contribuição dessa gestão para a administração de Cidades Inteligentes e Sustentáveis.

## **2 APROFUNDANDO SOBRE O CURSO DE EXTENSÃO DE ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES NA ÁREA DA SEGURIDADE SOCIAL**

O curso de extensão proporcionado para ser feito em conjunto com as gestoras de alguns dos CRAS do município do Rio de Janeiro, têm por objetivo levar aos usuários e aos próprios profissionais uma melhor experiência em possíveis situações futuras, encontrando a melhor maneira de lidar com crises emergenciais como a da COVID-19. Ao longo das aulas foram apresentadas diversas informações que seriam úteis para a construção de um bom planejamento estratégico futuro, como o uso e a função do PPA dos governos como uma peça fundamental do planejamento, para que fosse possível avaliar os custos da consecução das metas traçadas em comparação com os benefícios, a existência do PPA entrelaça sua função estratégica geral com os programas dos governantes eleitos visando tomar em realidade uma imagem de país derivada desse complexo processo. O Orçamento Programa, que também foi um dos termos comentados nas aulas por sua vez, tem como

função compreender os aspectos de instrumento de ação administrativa para a execução dos planos de curto, médio e longo prazo: previsão das receitas e fixação das despesas com o objetivo de atender às necessidades coletivas. Desse modo, levando em consideração esses dois termos, é perceptível notar que trabalhar com planejamentos a curto prazo pode trazer grande probabilidade de falha, já que não há como se preparar devidamente e da forma correta.

E finalmente começamos a falar de fato sobre o Planejamento Estratégico, este, que compreende as diretrizes e interações que relacionam o passado, e o presente ao futuro da organização que vai tornando possível as medidas adotadas em direção a uma estrutura projetada, sendo assim, imprescindível destacar que para que se possa começar a montar um planejamento que de fato traga bons resultados, é preciso ter atenção aos dados e necessidades específicas de cada CRAS. Foi discutido também nessa etapa sobre duas vertentes da Macroeconomia: a Política Monetária e a Política Fiscal, além de entendermos melhor sobre abordagem estratégica (responder de acordo com cada CRAS, quem somos, posicionamento e propósito, missão e visão), e também sobre monitoramento e fiscalização.

Tratando-se da questão de monitoramento, definimos alguns padrões de monitoramento, como gerais, planejamento, execução, elaboração de relatório e plano de ação (este deve ser disponibilizado antes que o monitoramento seja iniciado, sendo elaborado pelo gestor fiscalizado e explicitando as medidas que serão tomadas para fins de cumprimento das deliberações e/ou para solucionar quaisquer problemas que sejam apontados). Foi falado também sobre quantidade e periodicidade de monitoramento, destacando que a quantidade e a periodicidade com que será feito o monitoramento para verificar o cumprimento das deliberações variam de acordo com as particularidades, a complexidade e os prazos necessários para as implementações conforme estabelecido no plano de ação, e que todo monitoramento, desde o momento de seu planejamento, até a conclusão de seu relatório deve ser supervisionado. E por fim na parte de monitoramento, tratamos da Matriz de Planejamento<sup>1</sup>, que trata de indicar objeto, membro responsável, período e possíveis achados.

No entanto, quando tratamos da fiscalização, devemos deixar claro que, nos monitoramentos, a designação da equipe é feita mediante a Portaria de Fiscalização, na qual são identificados o coordenador, o supervisor e os demais membros da equipe, bem

---

<sup>1</sup> Indicações da Matriz de Planejamento: Objetos - indicar o documento, o projeto, o programa, o processo ou o sistema no qual o procedimento será aplicado; Membro Responsável - pessoa(s) da equipe encarregada(s) da execução de cada procedimento; Período - dia(s) em que o procedimento será executado; Possíveis Achados - esclarecer precisamente que conclusões ou resultados podem ser alcançados.

como o objetivo dos trabalhos, o órgão/entidade que será fiscalizado, a deliberação que originou a fiscalização, a fase de planejamento e, quando conhecidas, as fases de execução e elaboração do relatório.

Com todas essas informações em mente, foi pedido que as gestoras realizassem então a montagem de uma matriz de planejamento, e mesmo em meio a dificuldades e a dinâmica corriqueira do dia a dia, recebemos uma resposta por parte delas. As atividades e aulas buscavam sempre ofertar a maior quantidade de informações e alternativas para que pudessemos obter o resultado esperado do curso, a melhora nos atendimentos aos usuários em situações de crise, para que mesmo com a alta demanda<sup>2</sup> por parte da população, os profissionais consigam realizar seu trabalho resgatando direitos e promovendo acesso a auxílios e benefícios para quem necessita, da melhor maneira possível, sem que haja dificuldades ou falta de preparação.

Como foi visto no período da pandemia, as filas dos CRAS eram quilométricas, pessoas passavam dia, noite e madrugada, suportando calor, frio, chuva, sol, ventanias e entre outras adversidades, para tentar conseguir ser atendidas. Segundo uma matéria do Jornal Extra, o aumento do Auxílio Brasil de R\$400,00 para R\$600,00 fez aumentar as filas de espera para cadastramento, que já eram compostas por mais de 2,78 milhões de pessoas no Brasil, no Rio de Janeiro a situação era lamentável como no restante do país como é citado no texto

“No final de maio, existiam 67 mil famílias inscritas no CadÚnico na cidade do Rio que não tinham sido incluídas pelo governo federal no Auxílio Brasil. No fim de junho, esse número pulou para 109 mil famílias”, informou a Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro (SMAS). No vale-gás, acrescentou a pasta, a fila tem 501.958 famílias.

A pasta avalia que o número deve crescer ainda mais com a perspectiva de o valor do Auxílio Brasil subir, e o vale-gás chegar a mais famílias.

“Mesmo com a secretaria inscrevendo todas as famílias que aparecem nos Cras, não significa que sejam atendidas imediatamente”, explicou a pasta.” (EXTRA, 2022).

E mesmo que já cadastradas, muitas famílias não chegavam a receber de fato o auxílio, ou recebiam muito tempo depois do que havia sido estabelecido, o que gerava grande revolta na população, que já sofria com a com as consequências da covid na saúde e ainda tinham que lidar com os impactos da pandemia nos âmbitos sociais e econômicos

---

<sup>2</sup> “Desde 2020, com o início da pandemia, é percebido um aumento expressivo de pessoas que procuram os Centros de Referência da Assistência Social (Cras) para realizar a inclusão de dados no CadÚnico, que serve como base tanto para o programa federal, como para o municipal, porém não há gerência do município sobre os programas Auxílio Brasil e vale-gás”, informou em nota. (EXTRA, 2022)

também, convivendo com o desemprego, a fome, a falta de renda e sem poder satisfazer nem mesmo suas necessidades básicas muitas vezes.

Com todas essas questões, um outro problema começou a crescer e ganhar destaque, mas não no sentido positivo, por não conseguirem se sustentar, famílias inteiras acabavam por se encontrar em situação de rua, como mostra a reportagem divulgada pelo Jornal Brasil de Fato, com o texto de Jéssica Rodrigues

“A Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro informou à reportagem que ‘o número de pessoas morando nas ruas na cidade aumentou por causa da pandemia e da crise econômica’ e que o trabalho feito com elas é ‘voltado para a reinserção social’. A reportagem também entrou em contato com a Secretaria Estadual de Assistência Social, mas não obteve retorno até o fechamento desta matéria.” (BRASIL DE FATO, 2022).

Neste momento, não são mais apenas os trabalhadores que moram longe do trabalho e não tem dinheiro para manter a rotina de ida e volta pra casa e portanto se encontram nessa situação, tendo que fazer da rua sua “moradia”, agora famílias inteiras estão à mercê de uma das maiores situações de vulnerabilidade que um ser humano pode vivenciar. E a partir do momento que a população em situação de rua aumenta, a demanda de atendimentos de outra unidade de oferta de serviços públicos aumenta, a dos Centros POP, que também não se encontram devidamente preparados para receber uma quantidade grandes de solicitações de atendimento do dia para a noite, portanto devem também adotar a medida do planejamento estratégico, a fim de evitar maiores tumultos futuramente em possíveis novos momentos de crise e emergência. Essa situação escancara para nós as desigualdades vivenciadas por grande parte da população, e é sabido por todos a cor da maioria dessas famílias que se encontram passando por esse tipo de conjuntura, geralmente são famílias pretas e periféricas, e que acabam sendo marginalizadas pela sociedade, esquecidas pelo governo e pelas autoridades,

“Essas famílias têm cor. Essas famílias são sobretudo famílias negras. São pessoas pretas que estão sofrendo com essas mazelas da desigualdade social e também do racismo, que é brutal numa sociedade marcada por quase 400 anos de escravidão.”, explica Breno Rodrigues, membro do Movimento Brasil Popular em uma das ações das quais o movimento fez parte, com o objetivo de produzir centenas de marmitas que seriam distribuídas para a população em situação de rua do Rio de Janeiro.

Achille Mbembe, fala sobre essa relação de poder em seu texto sobre a necropolítica, mostrando como a soberania pode afetar diferentes camadas da sociedade de formas distintas, para aqueles que possuem o modo de produção por exemplo, estes não são atingidos pela desigualdade, pelo esquecimento, pela fome ou pelo desemprego, entretanto para aqueles que fazem parte da mão de obra que opera o modo de produção, estes sim,



são atingidos pelas mazelas da desigualdade, sentem na pele o que é de fato ser excluído da sociedade e de ter negada a garantia de seus direitos.

“[...] a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é.” (MBEMBE, 2016, p. 135)

Deste modo, podemos perceber que a conjuntura da COVID-19 atingiu não somente de forma física nos seres humanos, mas também conseguiu causar impactos de forma que a estrutura da sociedade fosse afetada, trazendo a tona ainda mais abordagens como esta sobre o racismo, mas também da falta de proteção social para grande parte da população. Por meio da pesquisa feita em conjunto com o curso de extensão conseguiremos entender essas informações pela forma quantitativa, com dados colhidos diretamente com as gestoras através das entrevistas, e perceber se de fato conseguimos ou não trabalhar de forma eficaz e efetiva como será melhor explicado no decorrer do artigo.

## **2.1 SOBRE O PROJETO DE PESQUISA**

O projeto de pesquisa carrega algumas semelhanças com o curso de extensão, a pesquisa deverá ser realizada com as próprias gestoras que fizeram parte do curso, e pode ser realizada também com pessoas de fora e de outras unidades de atendimento como o CREAS. Com o objetivo de avaliar como o Brasil reviu seus planos de ação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em face ao coronavírus, através das diversas portarias emanadas pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e aplicadas na gestão da assistência social no município do Rio de Janeiro no período de 2020 a 2022. Os dados para a pesquisa serão colhidos através de entrevistas com os servidores já citados anteriormente, e transcritos para que seja feita uma análise com base nas respostas, buscando entender o que mudou no decorrer desses dois anos.

Para a execução do questionário usado nas entrevistas, foi feita a leitura e o estudo, das portarias de número 54, 58, 59, 65, 69, 86, 95 e 100, que abordam respectivamente sobre: métodos de atendimento e prevenção; benefícios oferecidos; acolhimento de crianças e adolescentes; garantia de proteção social à população em situação de rua, incluindo imigrantes; atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar; programações financeiras originárias de emendas parlamentares de Bancadas Federais para as ações de enfrentamento ao COVID-19; assegurar a manutenção da oferta do atendimento à população nos diferentes cenários epidemiológicos da pandemia causada pelo novo Coronavírus - COVID-19. Seguindo de acordo com as portarias, as questões vão aspirar por saber se as normas estão sendo cumpridas e se as recomendações feitas pela Secretaria Nacional de Assistência Social estão sendo seguidas, ou se pelo menos algumas

foram/continuam sendo postas em prática pelas unidades de atendimento, bem como registrar as solicitações de atendimentos e registrar aqueles que efetivamente foram realizados, visto o contexto definido na época pela OMS. Será feita a elaboração de uma tabela para trabalhar com os resultados quantitativos, de acordo com as respostas dadas pelas gestoras sobre o questionário dirigido a elas. Pelo estudo das portarias pudemos ter uma consciência maior de como devem ser realizados os protocolos de atendimento em situação de crise, neste caso a crise gerada pelo coronavírus. Esperamos fazer o registro qualitativo dos equipamentos da SASMRJ<sup>3</sup> para a elaboração do planejamento estratégico que siga de acordo com o ciclo orçamentário, além de registrar se aconteceram mudanças nos atendimentos no momento de vigência do orçamento do governo anterior (quantos e como foram feitos), em relação ao governo atual. Não devemos pensar que trata-se apenas de uma questão quantitativa, até porque o auge da pandemia aconteceu, e com isso houve intensificação dos atendimentos, mas o pós deve ser observado com determinada atenção<sup>4</sup>, é possível que a demanda tenha aumentado e permanecido estagnada por conta do crescimento da taxa de desemprego e por conta de algumas crianças não terem retornado às escolas. Este último fato foi bastante comentado pelo texto da reportagem publicada no CPERS

“A maior crise sanitária do século jogou luz e ampliou as desigualdades no ensino público no Brasil. Escolas fechadas, evasão escolar, problemas de aprendizagem, falta de estrutura nas escolas, queda nas matrículas e saúde emocional de alunos/as e professores/as abaladas são alguns dos problemas que a educação pública brasileira enfrenta.

De acordo com uma pesquisa divulgada pelo Datafolha, em janeiro, 4 milhões de estudantes abandonaram a escola durante a pandemia. As principais motivações foram a dificuldade do acesso remoto às aulas e problemas financeiros, em que os alunos que lideraram a taxa de abandono pertenciam às classes D e E.

Além disso, um em cada quatro brasileiros não têm acesso à internet, representando cerca de 46 milhões de pessoas, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Tecnologia da Informação e Comunicação (Pnad Contínua TIC), de 2018. Durante dois anos de pandemia de Covid-19, 38 milhões de alunos de escolas públicas enfrentaram 287 dias de escolas fechadas entre 2020 e 2021, segundo o Inep. A média equivale a quase um ano letivo e meio.” (CPERS, 2022)

Em nossa preparação para a realização da pesquisa, estudamos sobre o histórico da doença, e concluímos que seria importante trazermos para este artigo um panorama deste

---

<sup>3</sup> Secretaria de Assistência Social Municipal do Rio de Janeiro

<sup>4</sup> Procurar entender se os atendimentos continuaram no mesmo patamar, se aumentaram ou diminuíram, e se houve crescimento, este aumento continuou como está?



histórico, tanto em uma perspectiva mais ampla retratando o Brasil em sua totalidade, quanto voltado também para o Rio de Janeiro, que é a região de enfoque da pesquisa.

A COVID-19, causado pelo vírus SARS-CoV-2, foi identificado na cidade chinesa de Wuhan, onde foram detectados os primeiros casos da doença. Em 31 de dezembro de 2019 a Organização Mundial da Saúde foi alertada sobre diversos casos e em 07 de janeiro de 2020 as autoridades chinesas confirmaram um novo tipo de coronavírus, que se espalhou rapidamente para outros países, incluindo o Brasil. Já no Brasil, o primeiro caso confirmado de COVID-19 foi registrado em 26 fevereiro de 2020 em São Paulo, logo, no dia 11 de março, o vírus já começou a se propagar pelo país inteiro, levando o governo a implementar medidas de isolamento social e restrições para conter a propagação, pois houve um aumento no número de casos confirmados muito rápido e a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como uma pandemia. Já no mês de abril o país registrava 50 mil casos da doença e 3 mil mortes, chegando em níveis de chegar a 700 mortes por dia, se tornando um dos epicentros globais da pandemia.

O avanço da pandemia levou a uma superlotação dos hospitais e ao colapso do sistema de saúde, resultando em falta de leitos, escassez de materiais de segurança para profissionais e uma crise de oxigênio. De acordo com o Ministério da Saúde, o Brasil contabilizava 36.362.366 casos confirmados de COVID-19.

Já no Rio de Janeiro, a população do município considerada é de 6.661.359 pessoas, conforme estimativa do Instituto Pereira Passos para o ano de 2019. Em 2020 a taxa de mortalidade de acordo com o Painel Rio COVID-19, chegou a 283,5% levando cerca de 18.888 óbitos; em 2021 a taxa de mortalidade passou a ser 245,8%, ou seja, 16.376 óbitos, e com a grande vacinação que se iniciou em janeiro de 2021, permanecendo até hoje, a taxa de mortalidade em 2022 diminuiu consideravelmente levando em consideração os anos anteriores, sendo assim, chegou a 42,9% com 2.860 óbitos, e hoje em dia, no ano de 2023 apenas 2,7% com 179 óbitos.

Após a apresentação do panorama da doença, retomaremos sobre a pesquisa, porém agora discutindo sobre um ponto da pesquisa que talvez seja afetado, pois um de nossos objetivos, além dos já citado anteriormente, é auxiliar na elaboração dos protocolos de atendimento para que todo o município ofereça os mesmos protocolos em suas unidades de coordenação dos equipamentos de assistência social, e há uma certa resistência, já que cada centro ao longo de seu funcionamento foi criando sua própria dinâmica de funcionamento, e pode acabar oferecendo serviços que outros centros não conseguem oferecer, com protocolos que ficam muito voltados e/ou centralizados na gestora, e o curso

buscou justamente enfrentar essa questão, pois o poder municipal é muito forte e cada uma delas tem nos centros de seus territórios que esses centros são referências do governo.

De todo modo, o que se espera é que de fato possamos enxergar o lugar da assistência social em momentos de crise como esse: Protegendo as pessoas em situação de vulnerabilidade e riscos sociais; Garantido renda, acolhida e convivência; Viabilizando o acesso a benefícios e serviços aos que necessitam da proteção social pública; Atendendo necessidades e emergências eventuais. Além das recomendações de extrema importância realizadas por órgãos sanitários, houve também a publicação do Decreto 10282/20202, que define os serviços públicos e atividades essenciais para suprir as necessidades da população que não podem ser adiadas durante o referido período. E entre esses serviços, figuraram aqueles vinculados à Assistência Social, que precisaram passar por reorganização, trazendo impactos para usuários, gestores e trabalhadores do sistema, entre os quais assistentes sociais. O que tem dificultado ainda mais a atividades dos equipamentos do SUAS é a falta de orçamento para a assistência, com informações divulgadas pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM, 2018) sobre o financiamento do Sistema:

“Seguindo o rito do pouco compromisso com o atendimento das questões sociais mais graves, o governo tem uma previsão orçamentária para o SUAS vergonhosa e alarmante. Em que as mais de 7.400 unidades de CRAS cofinanciadas, existentes no país tiveram como primeira proposta de previsão orçamentária para o ano de 2018 de apenas 800 mil reais, uma perda de recursos de 99,94% em relação ao ano de 2017. Os Creas teriam apenas 500 mil reais, um corte de 99,87%. A proteção social especial de alta complexidade também contaria com ínfimos 500 mil reais. Um corte de 99,76% em relação a 2017. (CNM,2018, p.8)”

Entretanto, mesmo com as dificuldades os servidores se propõem a continuar seu trabalho, continuar levando para a população o acesso a seus direitos, àquilo que necessitam e que esperam, mas também não existem dúvidas de que há um certo receio por parte desses profissionais em ter que pôr em risco sua saúde e bem estar para tentar garantir o do outro. Um texto de grande importância e que faz ótimas reflexões sobre esse medo e o exercício profissional de assistentes sociais e pandemia, é o escrito por Maurílio Castro de Matos (2020) que foi socializado de forma ampla entre a categoria. O autor em seu texto aponta sobre o medo que pode atingir e tomar conta dos profissionais quando se trata do atendimento presencial à população, mas também em como é preciso agir de maneira ética baseando-se em uma razão libertadora para que possamos enfrentar momentos de crise como o da COVID. Ele enfatiza a importância da criatividade profissional, assim como a criação de estratégias para a comunicação com a população, e de educação em saúde. Também valida a relevância da socialização de informações em um

momento como a pandemia e a defesa de nossas prerrogativas profissionais, além de criticar a postura e o comportamento do Ex-Presidente Jair Messias Bolsonaro diante do cenário de calamidade instaurado pela COVID, assim como também critica aqueles que compartilham da mesma opinião que Bolsonaro sobre a doença,

“Para piorar a situação tem havido sistematicamente falas do presidente da república, Jair Bolsonaro, de desqualificação do potencial do vírus, o tratando como uma ‘gripezinha’, bem como se posicionando contrário ao isolamento social. Tal postura, não por acaso, também tem sido de empresários que o apoiam. Sob o discurso de que a economia não pode parar, as falas do presidente expressam, mais uma vez, seu caráter neofascista, ao tratar como mais importante a possibilidade de mortes de contingente da classe trabalhadora, em detrimento da manutenção dos lucros do capital. Assim, com isso corroboramos com análises que reconhecem o medo que essa situação coletiviza. Mas, sabemos que um meio eficaz para enfrentar o medo, seja ele qual for, é a razão (para que possamos pensar), aqui no caso cabe também ressaltar que se trata da razão emancipatória, aquela que potencializa nossa riqueza como ser social pensante e sujeito de sua história (GUERRA, 2013). E como consequência, a ação (não ficarmos paralisados/as), que se baseia na realização de escolhas. Enfim, estamos falando do agir ético, inerente à sociabilidade humana, que aqui defendemos seja a sociabilidade que valorize a riqueza humana, entendida como o exercício das potencialidades que homens e mulheres desenvolveram em seu processo de humanização (BARROCO, 2001).

Assim, é do humano a existência desse medo no atual contexto.” (MATOS, 2020, p.2).

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Portanto, podemos concluir que o curso de extensão “Atualização Profissional de Servidores Públicos na Área da Seguridade Social” em vinculação com o projeto de pesquisa “Sistema Único de Assistência Social e Pandemia COVID-19”, são de extrema importância nos dias atuais, para que possamos entender melhor o trabalho dos profissionais do SUAS, mediante a momentos de crise e analisar se suas técnicas de intervenção estão de acordo com as normas sugeridas, como as que se encontram nas portarias citadas anteriormente no texto, distinguindo quais tipos de solicitações foram feitas e atendidas, objetivando contribuir para que a Universidade e a Gestão Pública apresentem ao(s) público/usuários em geral qual foi o serviço de atendimento ao público oferecido para amparar a sociedade em um contexto de crise e em consonância com a legislação vigente para tal, e também para que a partir da execução e conclusão de um planejamento estratégico os servidores possam sentir-se mais seguros e aptos a realizar suas funções caso situações atípicas, como a vivenciadas na pandemia da COVID-19, aconteçam futuramente, que eles possam ter o todo preparo e equipamentos necessários para que os atendimentos ocorram da melhor maneira possível, sem que haja qualquer dificuldade ou

empecilho que negue o acesso a direitos, benefícios e auxílios para aqueles que necessitarem, agindo de acordo com as legislações vigentes, assim como mandam os artigos da constituição

“Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: (...)  
II-a cidadania;  
III-a dignidade da pessoa humana;(...)” (BRASIL, Constituição, 1988)

“Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:  
I-construir uma sociedade livre, justa e solidária;  
II-garantir o desenvolvimento nacional;  
III-erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;  
IV-promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” (BRASIL, Constituição, 1988)

“Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;  
II- o amparo às crianças e da integração ao mercado de adolescentes carentes;  
III- a promoção de trabalho;  
IV- a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;  
V- a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.” (BRASIL, Constituição, 1988)

## REFERÊNCIAS

CAVAGNOLI, Karen Cristina et al . A pandemia de Covid-19 e a crise na saúde no Rio de Janeiro: discutindo biopolítica e precarização. Rev. psicol. polít., São Paulo , v. 21, n. 51, p. 449-462, ago. 2021. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2021000200011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2021000200011&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 10 ago. 2023.

Impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia. Fiocruz, n.d. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia>. Acesso em 10 ago. 2023.

Histórico da pandemia de COVID-19. OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde), n.d. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em 10 ago. 2023.

COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. Revista de Administração Pública, v. 54, p. 969-978, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/SGWCFyFzjzrDwgDJYKcdhNt#>. Acesso em 09 ago. 2023.

GUEDES, Aline. Retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU preocupa senadores e estudiosos. Agência Senado, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos>. Acesso em 10 ago. 2023.

IMENES, Martha. Auxílio Brasil de R\$ 600 faz aumentar fila de espera, que já tinha 2,78 milhões de famílias, segundo confederação de municípios. EXTRA, 2022. Disponível em: <https://extra.globo.com/economia-e-financas/auxilio-brasil-de-600-faz-aumentar-fila-de-espera-que-ja-tinha-278-milhoes-de-familias-segundo-confederacao-de-municipios-25538020.html>. Acesso em 10 ago. 2023.

GAMEIRO, Nathália. População em situação de rua aumentou durante a pandemia. Fiocruz Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/populacao-em-situacao-de-rua-aumentou-durante-a-pandemia/>. Acesso em 09 ago. 2023.

MBEMBE, A. Necropolítica. Arte & Ensaios, n. 32. <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em, v. 15, p. 123-151, 2016.

DE FREITAS, Renata Martins. Serviço Social, Política de Assistência Social e a pandemia da COVID-19: desafios e apontamentos. Libertas, v. 21, n. 2, p. 653-676, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/index.php/libertas/article/view/34059>. Acesso em 09 ago. 2023

CASTRO, Iêda. ASSISTÊNCIA SOCIAL em tempos de Pandemia: Desafios e perspectivas. PAINEL: Os impactos da pandemia na ampliação das desproteções sociais. Famurs, n.d. Disponível em: [https://famurs.com.br/uploads/midia/31891/ASSISTENCIA\\_SOCIAL\\_EM\\_TEMPO\\_DE\\_PANDEMIA\\_leda\\_Castro.pdf](https://famurs.com.br/uploads/midia/31891/ASSISTENCIA_SOCIAL_EM_TEMPO_DE_PANDEMIA_leda_Castro.pdf). Acesso em 09 ago. 2023.

RODRIGUES, Jéssica. No Rio, militantes e coletivos apontam aumento de famílias inteiras em situação de rua. Brasil de Fato, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefatorj.com.br/2022/08/11/no-rio-militantes-e-coletivos-apontam-aumento-de-familias-inteiras-em-situacao-de-rua>. Acesso em 09 ago. 2023.

Pandemia ampliou desigualdade no ensino, evasão escolar e perda de aprendizagem. CPERS, n.d. Disponível em: <https://cpers.com.br/pandemia-ampliou-desigualdade-no-ensino-evasao-escolar-e-perda-de-aprendizagem/>. Acesso em 10 ago. 2023.

CNM. Redução no orçamento da Assistência Social compromete futuro do SUAS. Brasília: CNM, 2018. Disponível em: <https://www.amunes.org.br/noticia/ler/816/reducao-orcamentaria-da-assistencia-social-compromete-futuro-do-suas>. Acesso em 10 ago. 2023

MATOS, M. A pandemia do Coronavírus (COVID-19) e o trabalho de assistentes sociais na saúde. Publicado em 06 de abril de 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2XcgGfe>. Acesso em 09 ago. 2023.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 10 ago. 2023.

Resende, Rodrigo. Dois anos do primeiro caso de coronavírus no Brasil. Rádio Senado, Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2022/02/23/dois-anos-do-primeiro-caso-de-coronavirus-no-brasil>. Acesso em: 12 de agosto de 2023.

Painel Rio COVID-19. Data Rio. Disponível em: <https://www.data.rio/apps/painel-rio-covid-19/explore>. Acesso em: 12 de agosto de 2023.

Secretaria Nacional de Assistência Social. Portaria nº 54, de 1 de abril de 2020. Aprovar recomendações gerais aos gestores e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) dos Estados, Municípios e do Distrito Federal com o objetivo de garantir a continuidade da oferta de serviços e atividades essenciais da Assistência Social, com medidas e condições que garantam a segurança e a saúde dos usuários e profissionais do SUAS. Diário Oficial da União, Brasília.

Secretaria Nacional de Assistência Social. Portaria nº 58, de 15 de abril de 2020. Aprova a Nota Técnica no 20/2020, que traz orientações gerais acerca da regulamentação, gestão e oferta de benefícios eventuais no contexto de enfrentamento aos impactos da pandemia da COVID-19, causada pelo novo coronavírus, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Diário Oficial da União, Brasília.

Secretaria Nacional de Assistência Social. Portaria nº 59, de 22 de abril de 2020. Aprova orientações e recomendações gerais aos gestores e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social - SUAS dos estados, municípios e Distrito Federal quanto ao atendimento nos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no contexto de emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus, COVID-19. Diário Oficial da União, Brasília.

Secretaria Nacional de Assistência Social. Portaria nº 65, de 6 de maio de 2020. Aprova orientações e recomendações gerais aos gestores e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social dos estados, municípios e Distrito Federal quanto ao atendimento nos serviços de acolhimento de pessoas idosas ou com deficiência no contexto de emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus, COVID-19. Diário Oficial da União, Brasília.

Secretaria Nacional de Assistência Social. Portaria nº 69, de 14 de maio de 2020.



Aprova recomendações gerais para a garantia de proteção social à população em situação de rua, inclusive imigrantes, no contexto da pandemia do novo Coronavírus, Covid-19. Diário Oficial da União, Brasília.

Secretaria Nacional de Assistência Social. Portaria nº 86, de 1 de junho de 2020. Aprova recomendações gerais para o atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar na rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social - SUAS no contexto da Pandemia do novo Coronavírus, Covid-19. Diário Oficial da União, Brasília.

Secretaria Nacional de Assistência Social. Portaria nº 95, de 3 de julho de 2020. Dispõe sobre as programações financeiras originárias de emendas parlamentares de Bancadas Federais para as ações de enfrentamento ao COVID-19. Diário Oficial da União, Brasília.

Secretaria Nacional de Assistência Social. Portaria nº 100, de 14 de julho de 2020. Aprova as recomendações para o funcionamento da rede socioassistencial de Proteção Social Básica - PSB e de Proteção Social Especial - PSE de Média Complexidade do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, de modo a assegurar a manutenção da oferta do atendimento à população nos diferentes cenários epidemiológicos da pandemia causada pelo novo Coronavírus - COVID-19. Diário Oficial da União, Brasília.